Valor Econômico | 09/08/17 | BRASIL

Após Temer admitir 'variados estudos', nota descarta alta do IR

Por Ricardo Mendonça, Cristiane Agostine, Arícia Martins, Ligia Guimarães e Bruno Peres | De São Paulo e Brasília

O Palácio do Planalto recuou e desmentiu na noite de ontem a possibilidade de aumento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), mesmo depois de o presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, terem confirmado, em momentos diferentes durante o dia, que o governo estuda elevar a alíquota do IRPF.

O recuo ocorreu após forte e imediata reação à medida, sobretudo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que avisou ao presidente: "Se [a proposta] tiver que passar pela Câmara, não passa".

Na manhã de ontem, em evento com empresários do setor automotivo, Temer confirmou que os ministros da área econômica realizam estudos para elevar a alíquota do IRPF. Questionado sobre se o governo considera um aumento da alíquota do IR, o presidente respondeu: "Não, ainda não. Há os mais variados estudos. Mas é interessante. São estudos que se fazem rotineiramente. A todo momento, o Planejamento, os setores da economia, eles fazem esses estudos. E esse é um dos estudos que estão sendo feitos", admitiu o presidente, depois de participar de evento da Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos Automotores (Fenabrave), em São Paulo.

À tarde, no mesmo evento, Meirelles, não descartou o aumento de impostos, mas ponderou que isso só acontecerá "em último caso". "Existem estudos sobre impostos, inclusive Imposto de Renda. Isso não foi trazido para minha análise, são estudos preliminares. Estudos vão chegar a mim e vou tomar minha posição. Fato de técnico estudar algo não quer dizer que isso será aprovado", disse. "Aumento de impostos só em último caso."

Ontem, o jornal "O Globo" informou que, em meio à disputa interna no governo sobre mudanças nas metas fiscais de 2017 e 2018, parte da equipe econômica decidiu desengavetar projetos de aumentos de impostos que poderiam reforçar os cofres públicos a partir de 2018. As ações incluiriam nova alíquota de IR para pessoas físicas, que poderia chegar a 35%.

O presidente da Câmara criticou a possibilidade de aumento da carga tributária, ao participar do evento em São Paulo ao lado de Temer. Maia disse que o Brasil "não aguenta mais pagar impostos" e "não aguenta mais a ineficiência do Estado". O ministro da Fazenda disse que vai se reunir hoje com Maia. Ontem, a noite, uma fonte defendia a versão de que o recuo do governo no tema teria sido sugerido por Meirelles.

Diante de tanta repercussão negativa, o Planalto, afirmou, em nota, na noite de ontem, que o governo não enviará aos parlamentares proposta de elevação da alíquota do IR. "A Presidência não encaminhará proposta de elevação



do Imposto de Renda ao Congresso. O presidente Michel Temer fez hoje [ontem] menção genérica a estudos da área econômica, que são permanentemente feitos. Esclarecemos que hoje esses estudos estão focados prioritariamente em reduzir despesas e cortar gastos, na tentativa obstinada de evitar o aumento da carga tributária brasileira. E com esse foco o governo federal continuará trabalhando", afirmou o Planalto na nota.

Além da crítica feita pelo presidente da Câmara, Temer e Meirelles ouviram reclamações do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, e de empresários de diferentes setores.

Ao participar de evento no Secovi, sindicato do mercado imobiliário, o presidente ouviu um "apelo" do presidente da entidade, Flávio Amary, para que o governo aposte na "diminuição das despesas" e não no aumento de impostos. "Por favor, presidente, continue com foco e não vamos falar em tributação daqui, acolá. Não ao aumento de receita", afirmou Amary.

O ministro da Fazenda reuniu-se com o presidente da Fiesp e ouviu reclamações semelhantes. "Reiterei minha posição contrária a qualquer aumento de impostos", disse Skaf.

Antes do recuo, Temer tentou minimizar o desgaste político ao anunciar que vai distribuir R$ 7 bilhões do lucro do FGTS aos trabalhadores. Os trabalhadores que tinham saldo de FGTS em dezembro de 2016 serão contemplados com a divisão de dividendos do fundo de garantia e as regras do repasse dos recursos serão divulgadas amanhã. (Colaboraram Ana Conceição e Fabio Graner)

Valor Econômico | 09/08/17 | BRASIL

Governo precisa cobrir rombo de até R$ 50 bi

Por Fabio Graner e Edna Simão | De Brasília

O governo trabalha em uma combinação de corte de despesas, elevação de receitas e mudança de meta por conta da necessidade de se cobrir um buraco no orçamento de 2018 que há algumas semanas era estimado entre R$ 70 bilhões e R$ 80 bilhões e que números mais recentes apontam para algo entre R$ 40 bilhões e R$ 50 bilhões, segundo fontes da área econômica. Essa deficiência considera a meta atual de R$ 129 bilhões definida para o ano que vem, cuja revisão está em discussão no governo.

Além do rombo fiscal, o governo ainda estava enfrentando dificuldades em manter a despesa dentro do limite do teto de gastos. Com alta de despesas da Previdência superior a R$ 40 bilhões e do gasto com pessoal, entre outras obrigatórias, o teto estava sendo superado em mais de R$ 10 bilhões. O adiamento dos reajustes de servidores, medida também em discussão no governo, se insere nesse contexto. O governo em tese teria um espaço adicional para subir as despesas além do limite do ano que vem por conta do contingenciamento deste ano, mas se a meta for revista e permitir um desbloqueio, o espaço de 2018 se diminui.

O presidente Michel Temer convocou para a tarde de hoje uma reunião a fim de debater a eventual alteração da meta de déficit de R$ 139 bilhões deste ano. Foram chamados os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, do Planejamento, Dyogo de Oliveira, da Casa Civil, Eliseu Padilha, além do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

As medidas de aumento de tributos em estudo no governo têm potencial de gerar mais de R$ 40 bilhões. O problema é que não se sabe quais desse "pacotaço tributário" serão efetivadas, dado que há forte resistência política à elevação de carga tributária, como já deixaram claro o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o presidente da Fiesp, Paulo Skaf. Fonte graduada do governo, contudo, diz que não há como escapar de subir imposto, já que a receita administrada hoje está em 12% do PIB, muito baixa para um indicador que já superou 15% do PIB.

A proximidade do envio da proposta orçamentária e as dificuldades fiscais que o país enfrenta fazem a área técnica abrir as gavetas e rever propostas de elevação de tributos. Voltam à mesa dos técnicos, medidas cogitadas desde 2015, como a já descartada criação de uma faixa adicional na tabela do Imposto de Renda para rendas altas, tributação de dividendos, fim de isenções a alguns instrumentos como LCI e LCA, revisão do Reintegra (que beneficia exportadores), entre outras.

Com recorrentes frustrações de arrecadação e uma meta fiscal cada vez mais distante, Receita e Tesouro pressionam por medidas tributárias. Até agora, o governo só efetivou uma medida nesse campo: a alta do PIS/Cofins sobre combustíveis. Medidas de tributação sobre a renda dariam um discurso de justiça social, mas teriam menor potencial arrecadatório que elevações de tributos indiretos, como PIS/Cofins. Nenhum dos casos sensibiliza o Congresso, bastante refratário a iniciativas dessa natureza, em especial sendo chamado a votar temas impopulares como a reforma da Previdência. Só alta de IOF e IPI poderiam ser feitas unilateralmente pelo governo.

Meirelles delegou a construção de cenários e alternativas para reforçar as receitas aos técnicos, mas as propostas ainda não teriam chegado a ele. "Há pelo menos seis meses há uma lista de potenciais impostos. Mas nunca teve nada decidido sobre aplicá-los. Nem agora", disse uma fonte. Outro interlocutor destaca que mais viável que subir tributos é rever as metas. (Colaborou Andrea Jubé)

O GLOBO | 09/08/17 | ECONOMIA

Governo recua no IR

Após forte reação de empresários e líderes no Congresso, Temer volta atrás em aumento

Martha Beck, Geralda Doca e Cássia Almeida

-Brasília, Rio e São Paulo- Diante da forte reação do empresariado e do Congresso, inclusive da base aliada do presidente Michel Temer, contra o aumento do Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas, o governo decidiu recuar. Em nota divulgada na noite de ontem, o Palácio do Planalto informou que não encaminhará ao Legislativo qualquer medida nesse sentido. No texto, que foi costurado pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, com a presidência, o governo destaca que o foco continua sendo o reequilíbrio das finanças públicas por meio de cortes de gastos.

No início do dia, parlamentares já apontavam que o governo não conseguiria apoio para aprovar a criação de alíquota de 30% ou 35% para pessoas físicas que ganham salário acima de R$ 20 mil. A medida estava em estudo na área econômica para reforçar o caixa da União no ano que vem e assegurar a meta fiscal, de déficit primário de R$ 129 bilhões. A situação só piorou após o próprio Temer admitir em um evento em São Paulo que a elevação estava em estudo.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), presente no mesmo evento, disse que a medida não seria aprovada se chegasse à Casa, enquanto o vice-líder do governo, deputado Beto Mansur (PRB-SP), classificou a ideia como "tiro no pé": — A gente tem que diminuir despesa. Aumentar imposto sobre pessoa física ou jurídica nesse momento é um tiro no pé. — Será muito difícil aprovar qualquer aumento de impostos — disse o líder do PSD, Marcos Montes (MG). — Aumento de IR não passa na Câmara. Outros, temos que ver. A reação é muito grande — emendou o líder da maioria, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES).

Assessores de Temer foram surpreendidos com a admissão pelo presidente de que a medida estava em estudo. Para reduzir o estrago, Temer conversou com o ministro da Fazenda e foi feita uma articulação para "sepultar" a proposta. "A Presidência da República não encaminhará proposta de elevação do Imposto de Renda ao Congresso Nacional. O presidente Michel Temer fez hoje menção genérica a estudos da área econômica, que são permanentemente feitos. Esclarecemos que hoje esses estudos estão focados prioritariamente em reduzir despesas e cortar gastos, na tentativa obstinada de evitar o aumento da carga tributária brasileira. E com esse foco o governo federal continuará trabalhando" afirmou a nota.

— Proposta para aumentar imposto não passa no Congresso, nem neste ano, para vigorar em 2018, nem no próximo, em 2019. É uma medida estéril, inócua e só serve para tumultuar — admitiu um interlocutor do presidente Temer.

OUTROS AUMENTOS EM ESTUDO

O empresariado também reagiu. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, disse que é contra qualquer aumento de imposto como alternativa para que o governo cumpra a meta fiscal. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) também se manifestou, em nota, dizendo que repudia "veementemente" a possibilidade de aumento do imposto. — O que precisam os técnicos do Ministério da Fazenda, bem como os técnicos do Ministério do Planejamento, é buscar mais eficiência, cortar desperdícios, cortar gastos e não pensar em aumento de impostos — disse Skaf.

Durante o lançamento do programa Produlote, da Caixa Econômica Federal, o presidente Michel Temer ouviu do presidente do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP), Flavio Amary, um apelo direto. — A gente vê o



esforço do governo federal para diminuir o peso do Estado e o volume de despesas. E esse é o apelo que faço, que a gente não tenha notícia de aumento de impostos. Por favor, presidente, vamos continuar com este foco e não falar em aumento de impostos aqui e acolá.

À noite, pouco antes de a Presidência da República negar que pretenda enviar proposta de aumento do IR ao Congresso, Meirelles, reafirmava em evento em São Paulo que estudava a possibilidade de elevar a até 35% a alíquota do IR. — É apenas uma medida em estudo dentro do governo, e nenhuma decisão está tomada. Mas é importante que se mencionem estes estudos para que a sociedade saiba o que está sendo discutido no governo. A reação é legítima, as pessoas têm que se manifestar mesmo. Às vezes posso concordar com a reação ou não. Mas é importante colocar que está sendo discutido. O governo não pode causar surpresas na população o tempo todo — afirmou.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, também comentou a medida: — Claro que é sempre melhor cumprir a meta reduzindo a despesa. A última alternativa deve ser aumentar imposto.

Houve protestos ainda dos sindicatos. Para a CUT, "Temer quer ampliar gastos de forma imoral em troca de favores para se manter no cargo a qualquer preço. Ampliar impostos para esse fim é inaceitável" A central, em nota, acrescentou: "Toda ampliação de recurso deve ser utilizada para garantir o crescimento econômico, geração de emprego e renda"

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, por nota, considerou a medida "uma punição para o assalariado" e defendeu a taxação de lucros e dividendos de pessoa física. "Até 1995, incidia alíquota de 15%;hoje, somente Brasil, Estônia e Eslováquia concedem isenção, afirmou o sindicato.

A criação de uma alíquota adicional de IR para pessoas físicas é apenas uma das ações que estão sobre a mesa para tentar fechar as contas em 2018. Outros aumentos de tributos podem ser propostos caso o governo opte por manter a meta fiscal do ano que vem. Os técnicos da área econômica já sabem que o rombo projetado para 2018 está muito acima do déficit de R$ 129 bilhões e que, se os parlamentares

O

não aceitarem aprovar aumentos de tributos e projetos de redução de gastos, como adiar o reajuste do funcionalismo, a mudança da meta será inevitável.

RISCO PARA
A PREVIDÊNCIA

Interlocutores da área econômica também dizem que não se pode ter uma situação em que o Congresso discursa contra aumentos de tributos e, ao mesmo tempo, dá benesses por meio de ampliações de benefícios para empresas e devedores fazendo alterações em textos de medidas provisórias (MP) do ajuste fiscal, como a da reoneração da folha e do novo Refis.— Não tem mágica — disse um técnico.

Especialistas acreditam que aumentar apenas as alíquotas do Imposto de Renda não é o adequado e pode ter pouco efeito para diminuir o rombo das contas públicas. — Nessa alíquota, só vão entrar servidor público e funcionário de multinacional, que não costuma ser contratado como pessoa jurídica. Quem ganha bem virou pessoa jurídica. Como medida isolada, o imposto maior para pessoa física só vai empurrar os poucos que ainda estão sobrando com alta renda e carteira assinada no setor privado para formar empresas — afirmou José Roberto Afonso, pesquisador da Fundação Getulio Vargas e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Segundo o economista, a medida poderia comprometer ainda mais o financiamento da Previdência Social. Como as empresas pagam a contribuição sobre o total da folha de pagamento, ao tirar os salários mais altos dessa conta, a arrecadação diminui num setor que vem acumulando déficits bilionários: — Quando se olha a longo prazo, observa-se que está crescendo o emprego com carteira de quem ganha até três salários mínimos. Acima do teto do INSS já vinha caindo, e a recessão só piorou a situação.

Pelas contas de Afonso, de 2002 a 2015, o número dos empregos com carteira cresceu 76%. Para quem ganha mais de 20 salários mínimos, caiu 32%; e de 15 a 20 salários, a redução foi de 6%. O cresci-mento só aconteceu para

quem ganha de sete a 15 mínimos, mas somente de 3%; enquanto para quem recebe salário mínimo, a alta foi de 164%. — Parte do que se poderia ganhar de Imposto de Renda certamente se perderá de contribuição previdenciária, agravando ainda mais o seu déficit. O remendo sairá pior do que o soneto. É preciso uma reforma consistente e geral, de todo imposto de renda e de todo sistema tributário. Medidas tópicas até podem aumentar um pouco a arrecadação, mas certamente vão piorar muito a já má qualidade do atual sistema tributário.

Rodrigo Orair, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), afirma que mudanças na tributação precisam ser combinadas: — Há uma tendência clara nos países

desenvolvidos de aumentar o imposto de pessoa física e reduzir de pessoa jurídica. Taxar lucros e dividendos, outra medida em estudo, vai tributar o ativo produtivo que já é muito tributado e transferir recursos para ativos financeiros.

Segundo Orair, a tributação chega a 34% quando se soma IR para pessoa jurídica e Contribuição Sobre sobre Lucro Líquido (CSLL), e ter de pagar mais 15% como pessoa física fará os recursos serem transferidos para ativos financeiros que só pagam 15%: — Se o objetivo é ampliar o potencial de arrecadação e a progressividade, tem que haver uma reforma que realinhe essas duas coisas. Não é uma solução simples que resolverá o problema.

Afonso concorda: — Se quiser mudar e tributar o lucro distribuído para pessoa física, será preciso reduzir a alíquota das empresas. Adotar uma medida isolada e sem repensar o sistema só agravará mais a situação do governo, das empresas e das famílias.

O GLOBO | 09/08/17 | ECONOMIA

Para manter meta fiscal, governo estuda outros aumentos de tributos

Fim do Reintegra e cobrança de IR sobre lucros e dividendos são cogitados

Martha Beck

-Brasília- O recuo do Palácio do Planalto em relação ao aumento do Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas tornou ainda mais difícil a tarefa da equipe econômica de fechar as contas do ano que vem. Os técnicos já detectaram que, sem medidas extras de cortes de gastos e de elevação de receitas, será impossível atingir a meta fiscal de 2018, de déficit primário de R$ 129 bilhões. O quadro também é difícil para 2017 e é grande a probabilidade de que o compromisso deste ano, de déficit de R$ 139 bilhões, também não seja atingido.

Diante deste cenário, a equipe econômica estuda a estratégia de encaminhar ao Congresso um aumento do rombo para 2017 e, para sinalizar ao mercado que não abandonou o compromisso com o reequilíbrio fiscal, manter o compromisso de 2018. Essa ideia não é consenso. Uma parte dos técnicos acredita que seria preciso rever as duas metas. Enquanto o martelo não é batido, os defensores da manutenção da meta do ano que vem tentam tirar da gaveta medidas que poderiam ser propostas para assegurar o resultado. Foi neste sentido que veio a público a criação de uma alíquota de IR de até 35% para pessoas físicas que ganham acima de R$ 20 mil.

Embora essa medida tenha sido sepultada, os técnicos da área econômica dizem que outros aumentos de impostos ainda estão em estudo. Eles incluem a cobrança de IR sobre lucros e dividendos, inclusive de microempresas. Segundo integrantes da equipe econômica, a instituição de uma alíquota de 15% de IR para lucros e dividendos distribuídos a acionistas (tanto pessoas físicas quanto jurídicas) é uma forma não apenas de engordar o caixa do Tesouro Nacional, mas de acabar com distorções que existem hoje na estrutura tributária brasileira. Também estão sobre a mesa o fim do Reintegra (programa que dá aos exportadores um crédito sobre as vendas de produtos manufaturados no exterior) e uma ampla revisão da tributação sobre investimentos no mercado financeiro. — Tendo em vista nossas dificuldades para 2018, temos que aproveitar para corrigir distorções que existem em nossa estrutura — disse um integrante da equipe econômica.

PENTE-FINO NAS]
APLICAÇÕES

No caso do mercado financeiro, a ideia do governo é passar um pente-fino em todos os tipos de aplicação para acabar com distorções. Uma delas, por exemplo, é a isenção de Imposto de Renda para investimentos de pessoas físicas em letras de crédito rural e imobiliário, as LCA e LCI. — Tem que haver um equilíbrio maior da tributação no mercado financeiro. O imposto pago não deve ser o que pauta uma decisão de investimentos — disse o técnico.

No total, as medidas de aumento de receita por meio de tributos seriam de R$ 40 bilhões. Sem o IR das pessoas físicas, no entanto, o ganho potencial cai para R$ 37 bilhões. Somente a instituição do imposto para lucros e dividendos daria uma receita extra superior a R$ 10 bilhões. Já o fim do Reintegra resultaria numa economia de R$ 8 bilhões aos cofres públicos.

Para 2018, a meta fiscal não é o único desafio. Também é preciso resolver um problema adicional: cumprir a regra do teto para os gastos públicos (pelo qual as despesas só podem crescer com base na inflação do ano anterior). Apenas o aumento das despesas com a Previdência Social será de R$ 50 bilhões no ano que vem. Isso vai ocupar toda a margem de elevação de gastos prevista no teto. Pelas contas do governo, a despesa de 2017 que serve de base para o aumento dos gastos em 2018 é de R$ 1,253 trilhão. Considerando a inflação acumulada até junho de 2017 — usada como correção para as



despesas pela regra do teto —, o aumento dos gastos só pode ser de R$ 44,1 bilhões, ou 3,52%.

Assim, para assegurar outros desembolsos, a equipe econômica terá de fazer um corte extra no Orçamento de 2018. É por isso que o governo quer, por exemplo, adiar o reajuste dos servidores para 2019, o que daria um alívio de R$ 8 bilhões no ano que vem. O governo também já anunciou um programa de demissão voluntária (PDV) para servidores públicos. A estimativa do governo, baseada num programa semelhante feito na década de 1990, é economizar, no fim do processo, R$ 1 bilhão com o desligamento de cerca de cinco mil servidores. Isso também terá impacto nas contas de 2018.

O GLOBO | 09/08/17 | ECONOMIA

Texto aprovado da Previdência será ponto de partida

Líder da maioria na Câmara afirma que intenção é mapear votos e elaborar proposta alternativa, se for necessário

Geralda Doca

-Brasília- Enquanto o governo busca alternativas para fechar as contas públicas, as negociações em torno da reforma da Previdência — crucial para controlar o Orçamento da União — voltaram à estaca zero no Congresso. Essa é a avaliação de líderes dos partidos e parlamentares da base do governo. Apesar de a equipe econômica insistir no relatório aprovado na comissão especial, ele será só o ponto de partida.

O líder da maioria na Câmara, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), disse que a intenção é submeter o texto aprovado na comissão aos 263 parlamentares que votaram a favor do presidente Michel Temer no caso da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) e a alguns dissidentes da base, especialmente do PSB e PSDB, que têm perfil mais reformista, para mapear votos e desenhar uma proposta alternativa se for necessário. — Só podemos ter uma posição definitiva a partir desse teste de campo — disse, acrescentando que os cálculos apontam para algo entre 240 e 260 votos a favor da reforma, distante dos 308 necessários.

Para o Planalto, dois pontos são sagrados: idade mínima e fim dos privilégios no serviço público. No mais, disse um interlocutor, o conteúdo pode ser ajustado para garantir a aprovação. Ao menos nos dois itens, o Executivo tem respaldo dos parlamentares que querem combater os privilégios, sobretudo porque há uma rixa entre os políticos e o

Ministério Público por causa das denúncias de corrupção.

O fim da integralidade (último salário da ativa) e paridade (reajustes iguais aos do pessoal da ativa) atinge principalmente esses servidores. O texto aprovado na comissão exige para quem ingressou até 2003 idade de 62 anos (mulher) e de 65 anos (homem) para ter acesso aos dois benefícios.— O cenário político mudou muito depois da delação da JBS e mesmo após a denúncia contra o presidente Temer, que foi barrada. Você tem de achar um ponto de equilíbrio porque o texto aprovado na comissão não passa no Congresso. As negociações voltaram à estaca zero — afirmou o deputado Marcus Pestana, que falava em nome do PSDB na comissão especial.

Parlamentares da base defendem novas alterações na regra de transição, que já foi flexibilizada no relatório aprovado na comissão. A proposta original previa transição só para trabalhadores a partir dos 50 anos (homem) e 45 anos (mulher). Quem ficasse abaixo desse corte seria enquadrado nas normas mais duras, como só se aposentar aos 65 anos. O texto final abriu a transição para todos os trabalhadores, mantendo um pedágio sobre o tempo que falta para aposentar.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que pretende discutir essa questão com a equipe econômica, antes de pôr a reforma em votação: — Precisa avaliar se fica a regra atual ou a inicial. Vamos conversar com o relator e a equipe econômica para ajustar o diálogo.

FOLHA DE SÃO PAULO | 09/08/17 | EDITORIAL

A conta do ajuste

À primeira vista, um erro de meros 3% numa previsão econômica não parecerá de maior gravidade. Tratando-se de estimar a receita do governo, entretanto, as consequências podem ser dramáticas.

Neste 2017, tal diferença —verificada entre a arrecadação esperada no Orçamento e os novos cálculos, menos generosos, da área técnica— corresponde hoje a R$ 37 bilhões, quantia suficiente, por exemplo, para custear todas as universidades federais ao longo do ano.

Com o sumiço de tanto dinheiro, num cenário de despesas já em compressão, serviços públicos básicos, como a emissão de passaportes, têm sido prejudicados, enquanto medidas relevantes, como a correção da tabela do Imposto de Renda e o reajuste do Bolsa Família, acabaram canceladas.

É defensável, nesse contexto, a hipótese cada vez mais palpável de abrandamento da meta orçamentária fixada para este ano, pela qual os gastos (excluídos juros) não podem superar a receita em mais de R$ 139 bilhões.

Permanecem, sem dúvida, enorme desperdício e ineficiência na administração pública. Nada disso se corrige, porém, da noite para o dia. Fato é que os dispêndios, em termos reais, estão em queda, e há indicação clara de que assim permanecerão até dezembro.

Não valerá a pena cumprir a meta para as contas do Tesouro Nacional à custa de aumentos de impostos que introduziriam distorções na economia —recorde-se que a recente taxação extra dos combustíveis tende a acrescentar 0,5 ponto percentual à inflação do ano.

Mais importante será apresentar, ao final deste mês, um projeto realista de Orçamento para 2018, a fim de interromper uma longa tradição de receitas superestimadas.

Tanto quanto possível, é melhor evitar a elevação da já excessiva carga tributária nacional. Se tal providência for imprescindível para sustar mais rapidamente a escalada da dívida pública, impõe-se desde já um debate transparente sobre as opções menos danosas.

Esta Folha tem defendido que o peso dos impostos no país precisa ser redistribuído de forma mais progressiva —o gravame exagerado do consumo, que penaliza os mais pobres, deve dar lugar à taxação direta das rendas mais altas.

Seria desejável que o governo contemplasse a alternativa. Quando menos, para não deixar dúvida de que a elite econômica também arcará com a conta do ajuste.



FOLHA DE SÃO PAULO | 09/08/17 | MERCADO

Governo cogita subir impostos, mas não IR

O presidente Michel Temer admitiu que o governo estuda aumentos de impostos para conter o rombo no Orçamento, mas descartou a possibilidade de aumentar o Imposto de Renda (IR) dos contribuintes mais ricos —uma das ideias que sua equipe econômica está avaliando.

Em nota divulgada pelo Palácio do Planalto no início da noite desta terça (8), Temer se comprometeu a não enviar proposta de aumento do IR ao Congresso. Horas antes, em entrevista após evento em São Paulo, ele admitira que sua equipe estuda o assunto.

O governo tem que apresentar até o fim do mês ao Congresso a proposta de Orçamento-Geral da União para o próximo ano, quando pretende reduzir o deficit federal para R$ 129 bilhões.

Com a lenta recuperação da economia e das receitas do governo, Temer encontra dificuldades para cumprir a meta estabelecida para este ano, que prevê um rombo de R$ 139 bilhões, e aumentou recentemente os tributos sobre os combustíveis para tentar equilibrar suas contas.

Para evitar novos aumentos de impostos, o governo ainda conta com a aprovação da reforma da Previdência, do Refis, um programa de negociação de dívidas com o fisco que está em discussão no Congresso, e de uma nova proposta para reoneração da folha de pagamento das empresas, que será enviada nesta semana em regime de urgência.

Se essas iniciativas não forem aprovadas, o governo poderá usar uma ou várias das ideias em estudo na Receita Federal e no Ministério da Fazenda. A que está mais madura é a que prevê aumento da tributação de profissionais liberais que hoje recebem por meio de empresas e contribuem como pessoas jurídicas.

Também está em análise a tributação de aplicações financeiras hoje isentas de IR. São elas as LCA (Letras de Crédito Agrícola) e LCI (Letras de Crédito Imobiliário). Juntas, essas medidas podem gerar cerca de R$ 30 bilhões.

A criação de uma alíquota de 35% de IR para contribuintes com ganhos mensais superiores a R$ 23 mil poderia gerar mais R$ 10 bilhões. Hoje a alíquota máxima do IR é de 27,5%, sobre a parcela do salário que supera R$ 4.664,68.

A Receita estuda esse aumento desde o fim do ano passado, mas sempre enfrentou resistência, mesmo com medidas que atingiriam apenas profissionais de alta renda. Os estudos mostram que esse grupo é um dos que pagam menos imposto em relação à sua renda, cerca de 17%.

Temer descartou levar essa discussão adiante. Mas poderá acionar outras das medidas em estudo como alternativa para evitar uma revisão drástica da meta estabelecida para o deficit de 2018.

Aliados do governo no Congresso reagiram contra o aumento do IR. "Se tiver que passar pela Câmara, não passa", disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A ideia desagradou até o líder do governo, o senador Romero Jucá (PMDB-RR). "Sou contra o aumento de imposto [de IR]", disse à Folha.

Em reunião no Palácio do Planalto, domingo (6), Temer discutiu com seus ministros uma estratégia para dar impulso a reformas e medidas para geração de receitas no Congresso, mas ninguém falou do IR. Líderes do Congresso indicaram que não querem arcar com o custo político de uma decisão como essa às vésperas das eleições.

Para 2017, no entanto, estão praticamente esgotadas as tentativas de reforço do caixa e o governo deve rever a meta de deficit de R$ 139 bilhões para cerca de R$ 158 bilhões nos próximos dias.

(JULIO WIZIACK, MARINA DIAS, BRUNO BOGHOSSIAN, MARIANA CARNEIRO)

O ESTADO DE S. PAULO | 09/08/17 | ECONOMIA

Secretário de Previdência considera ‘insuficiente’ aprovar só a idade mínima

Contas públicas. Depois de Temer ter sinalizado que pretende aprovar uma reforma mais branda, Marcelo Caetano defendeu o texto que passou na comissão especial da Câmara e disse que, sem ele, o rombo nas contas do INSS no ano que vem vai chegar a R$ 205 bi

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli / Brasília

Um dos responsáveis pelo desenho da proposta de reforma da Previdência, o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, diz que a fixação de uma idade mínima para o acesso à aposentadoria é "essencial", mas insuficiente para a melhoria das contas públicas. Em entrevista ao "Estadão/ Broadcast", Caetano defendeu o texto aprovado, em maio, na comissão especial da Câmara e previu que o rombo das contas do INSS subirá para cerca de R$ 205 bilhões no ano que vem se essa reforma não for aprovada. Um aumento de quase R$ 20 bilhões em relação à estimativa de déficit para este ano.

Na semana passada, o presidente Michel Temer admitiu ao Estado que a reforma da Previdência será a "possível", com foco na idade mínima e na quebra de privilégios. Temer também chamou a proposta de "atualização previdenciária" - o que muitos investidores viram como um sinal de que o governo está aberto à flexibilização do texto aprovado na comissão especial, que já é mais brando que a proposta original do Planalto.

O relatório aprovado pelos deputados propõe que a idade mínima para aposentadoria no Brasil seja de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), idades que seriam exigidas depois de até 20 anos de transição. Essas regras valeriam para servidores públicos e empregados da iniciativa privada, assim como o tempo mínimo de contribuição que passa a ser de 25 anos. O texto aprovado na comissão já reduziu em R$ 200 bilhões a economia estimada para os próximos dez anos, que caiu para R$ 600 bilhões.

O secretário garante que o Executivo trabalha com a aprovação do relatório que foi votado na comissão especial. "O déficit que poderia ser menor deixa de ser. De alguma forma vai ter de se ajustar isso. Ou se ajusta com outra despesa, ou com uma receita (alta de impostos)", disse Caetano, que recebeu a reportagem no seu gabinete em meio à retomada das conversas com as lideranças políticas para a votação da reforma em primeiro turno no plenário da Câmara. "Ficar só com a idade mínima fica uma reforma que é insuficiente", insistiu.

O governo está fechando a previsão de déficit do ano que vem para ser incluído na proposta de Orçamento que será encaminhada até o fim de agosto. Pelos cálculos da área econômica, o governo pode economizar R$ 18,6 bilhões nas contas do INSS nos próximos dois anos, caso a reforma seja aprovada. Desse to* tal, R$ 4,8 bilhões já em 2018. E, em 2019, mais R$ 13,8 bilhões.

Caetano defendeu o texto, que além da fixação da idade mínima faz uma mudança ampla nas regras de acesso aos benefícios previdenciários tanto dos trabalhadores da iniciativa privada quanto dos servidores públicos. Nos últimos meses, cresceu a ideia entre os parlamentares de fatiar a reforma e aprovar agora somente a idade mínima e deixar o resto das mudanças para o primeiro ano de governo do próximo presidente.

O ESTADO DE S. PAULO | 09/08/17 | ECONOMIA

Temer desiste de elevar Imposto de Renda

Mas aumento de outros impostos para aliviar o rombo das contas do governo no ano que vem segue em análise pela equipe econômica

BRASÍLIA e SÃO PAULO- Com forte reação de deputados da base aliada do governo e do empresariado contra o aumento do Imposto de Renda (IR) como alternativa para fechar as contas de 2018, o governo decidiu não levar adiante a criação de uma alíquota de 30% ou 35% para quem ganha mais de R$ 20 mil mensais. A equipe econômica, porém, confirmou que analisa um pacote de aumento de impostos para reforçar o caixa em 2018 e não descartou outras medidas nesse sentido.

Conforme antecipou o Estadão/Broadcast, a "cesta" em análise pelo Ministério da Fazenda inclui também a tributação de lucros e dividendos, de fundos de investimento imobiliário e o fim da isenção para investidores estrangeiros. Também está em análise o fim de benefícios fiscais dados a setores específicos como exportadores e indústria química. A intenção é reforçar os cofres públicos em R$ 35,5 bilhões no ano que vem.

Pela manhã, em São Paulo, o presidente Michel Temer foi questionado sobre a possível criação da alíquota maior que os 27,5% atuais. Ele confirmou que fazia parte do pacote de aumento de tributos estudado, mas ressaltou que não havia nada definido.

No início da noite, o Palácio do Planalto divulgou uma nota. "A Presidência da República não encaminhará proposta de elevação do Imposto de Renda ao Congresso Nacional. O presidente Michel Temer fez hoje menção genérica a estudos da área econômica, que são permanentemente feitos. Esclarecemos que hoje esses estudos estão focados prioritariamente em reduzir despesas e cortar gastos, na tentativa obstinada de evitar o aumento da carga tributária brasileira", diz a nota.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, desde cedo também confirmou o pacote em estudo pela equipe que chefia. "De fato existem no âmbito técnico do governo estudos diversos sobre impostos, inclusive o imposto de renda", disse. "Aumento de imposto só em último caso."

O governo tem até o dia 31 de agosto para definir a questão do Imposto de Renda e outras medidas para o Orçamento de 2018, que prevê rombo de R$ 129 bilhões. Além de avaliar a alta do IR, Meirelles disse que há outras medidas em análise, incluindo corte de gastos públicos. Com orçamento amarrado com despesas obrigatórias, como Previdência e pessoal, o governo não tem margem para cortar gastos sem comprometer os serviços públicos.

O recuo veio depois de uma forte reação do empresariado e de parlamentares da base aliada do empresariado. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que um eventual projeto para aumentar o Imposto de Renda não seria aprovado na Casa. "Se tiver que passar pela Câmara, não passa", afirmou. Mais cedo,no mesmo evento que Temer participou em São Paulo, Maia afirmou que a sociedade brasileira não aguenta mais pagar impostos para financiar a ineficiência do Estado. Ele foi aplaudido nesse momento por uma plateia composta por empresários do setor automotivo.

Ao Estadão/Broadcast, Maia insistiu que aumento de tributos não tem aumento apoio na Câmara e que é preciso cortar gastos. "A Câmara não deve aprovar aumentos de impostos. Precisamos de outros caminhos". Para ele, a sociedade não pode pagar esta



conta.

Arrecadação. Segundo um integrante da equipe econômica, o governo precisa ter à mão essas opções porque a reação da arrecadação está muito devagar. Além disso, as constantes mudanças na proposta de Refis (parcelamento de débitos tributários) teve um efeito negativo na arrecadação, porque levou as empresas a pararem de pagar tributos à espera de mais mudanças benevolentes aos devedores.

Não há espaço para aumento de tributos por meio de decretos (sem a necessidade de aprovação do Congresso), como o Imposto de Operações Financeiras (IOF). A fonte da equipe econômica lembrou que o governo precisa do apoio do Congresso Nacional para barrar as pautas "bombas" que diminuem as receitas do governo. "Um eventual aumento dos tributos ampliará a recessão, pois retirará recursos do consumo, da produção e da geração de empregos", disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade. Segundo ele, ao estudar a elevação dos tributos para alcançar a meta fiscal, "o governo dá um sinal errado, na hora errada".

O ESTADO DE S. PAULO | 09/08/17 | ECONOMIA

Fundos regionais podem ter juro menor

Governo quer que taxa de financiamento com recursos dos fundos constitucionais, usados em obras de infraestrutura, acompanhem a Selic

Lorenna Rodrigues / Brasília

O governo discute reduzir juros de financiamentos com recursos dos fundos constitucionais do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, usados principalmente como fonte para obras de infraestrutura. A ideia é manter a atratividade desses empréstimos com a queda da taxa básica de juros (Selic) e suprir um vácuo deixado pela baixa capacidade de investimento público em momento de aperto fiscal.

Historicamente usados pelo governo para fechar as contas públicas, os recursos desses fundos tiveram liberação recorde no primeiro semestre deste ano. O aumento foi de 34% na comparação com os primeiros seis meses de 2016. Contribuiu para a maior liberação também a ampliação das possibilidades de financiamentos com esses recursos, entre elas para capital de giro de empresas. "Há uma orientação do presidente Michel Temer de reduzir as taxas para acompanhar a redução da Selic, ou então vamos perder a atratividade", disse ao Estadão/Broadcast o ministro da Integração, Helder Barbalho, pasta responsável pela gestão dos fundos.

A redução da taxa de juros já está em discussão e depende de decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo o Estadão/Broadcast apurou, a proposta em estudo é diminuir as taxas para os fundos constitucionais do intervalo atual de 8,55% a 16,9% para de 5,46% a 12,77%. Em março do ano passado, o governo já havia reduzido as taxas de juros dos financiamentos com esses recursos. A decisão final sobre uma nova redução caberá aos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, e do presidente do Banco Central, ilan Goldfajn, que integram o CMN.

Recursos. A liberação de recursos dos fundos bateu recorde no primeiro semestre. Foram R$ 11 bilhões ante R$ 8,2 bilhões no ano passado. Foi o maior volume liberado desde a criação dos fundos, na década de 80. O maior crescimento foi registrado no fundo da Região Centro-Oeste (alta de 97%), com a liberação de R$ 3,2 bilhões. O maior volume foi liberado no fundo

do Nordeste (FNO), R$ 6,328 bilhões (alta de 19%). Os financiamentos contratados no fundo do Norte (FNO) somaram R$ 1,387 bilhão, aumento de 16%.

Mesmo com a dificuldade enfrentada pela equipe econômica para fechar as contas neste ano, o ministro Barbalho nega que haja pressão para manter os recursos nos cofres públicos e reforçar, assim, o superávit primário. "Há uma sensibilidade de que a única forma para retomar o crescimento é criar oportunidades para que a roda gire."

CORREIO BRAZILIENSE | 09/08/17 | **POLÍTICA** *NAS ENTRELINHAS*

LUIZ CARLOS AZEDO

Duas políticas

A cada dia, fica mais claro o embate no governo em relação à política econômica. Ontem, por exemplo, essa disputa foi protagonizada pelo próprio presidente Michel Temer, que anunciou pela manhã que a equipe econômica estuda um aumento nas alíquotas do Imposto de Renda e, depois, teve que desmenti-lo, por meio de nota da assessoria de imprensa da Presidência. Nesse meio tempo, levou uma invertida do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que descartou a aprovação do reajuste categoricamente. Temer foi vítima, digamos assim, da queda de braço entre os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, que começa a criar uma dualidade na política econômica.

Temer havia anunciado os estudos após participar da abertura de congresso da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Foi imediatamente criticado pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, que classificou como "retrocesso" uma eventual alta de tributos: "O governo dá um sinal errado, na hora errada". Maia comentou a decisão alinhado ao setor produtivo: "Se tiver que passar pela Câmara, não passa", disse. Na prática, o governo dá com uma mão e tira com a outra.

Com pompa e circunstância, por exemplo, Temer anunciou ontem a distribuição de R$ 7 bilhões na divisão do lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Esse valor corresponde à metade do lucro do FGTS obtido em 2016, de R$ 14 bilhões. É uma ação para estimular a economia: "Satisfaz o trabalhador e, por outro lado, injetamos R$ 44 bilhões na economia", explicou o presidente. O dinheiro vai ser depositado até 31 de agosto. A medida é uma proposta do Planejamento, cujo ministro venceu a queda de braço com os técnicos da Fazenda.

Temer foi vítima, digamos assim, da queda de braços entre o ministro da Fazenda,

Cerca de 240 milhões de contas do FGTS — ativas e inativas — com saldo em 31 de dezembro de 2016 receberão um valor proporcional à metade do lucro que o fundo obteve com investimentos no ano passado. Essa medida estava no bojo da Medida Provisória 763, a mesma que permitiu que os trabalhadores sacassem suas contas inativas do FGTS até 31 de julho. Meirelles quis voltar atrás, mas perdeu a parada pela segunda vez.

Henrique Meirelles, e o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira

No caso do aumento da alíquota do Imposto de Renda, a briga nos bastidores continua. A nota do Palácio do Planalto reflete a reação da equipe econômica: "Esclarecemos que hoje esses estudos estão focados prioritariamente em reduzir despesas e cortar gastos, na tentativa obstinada de evitar o aumento da carga tributária brasileira", diz. O desmentido da elevação do IR foi categórico: "A Presidência da República não encaminhará proposta de elevação do Imposto de Renda ao Congresso Nacional".

Previdência

Presidente do PMDB e líder do governo no Senado, o senador Romero Jucá (RR) é um protagonista importante na queda de braço. Padrinho político do ministro da Fazenda, profundo conhecedor dos meandros do Orçamento da União, Jucá trabalha numa linha contrária à dos técnicos do Tesouro, que já perderam a batalha da meta de R$ 139 bilhões de deficit fiscal neste ano e R$ 129 bilhões, no próximo ano. O governo não consegue mais reduzir gastos, principalmente porque a base parlamentar não deixa. A saída será aumentar a meta, tanto a de 2017 quanto a de 2018, num valor que está sendo estimado em pelo menos R$ 20 bilhões. Pode ser pouco.

É nesse cenário que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, torna-se fiador da estabilidade da economia. Para mantê-la, Jucá joga no ponto futuro do reaquecimento da economia e da aprovação da reforma da Previdência, que subiu no telhado desde a denúncia do Ministério Público contra o presidente Temer (rejeitada na semana passada pela Câmara). Maia garante que a reforma será aprovada, com apoio dos parlamentares da base que votaram contra Temer, mas são a favor da reforma. Faz sentido, porque a não aprovação transformará o governo num espectro do que foi até agora, interrompendo a onda de modernização econômica protagonizada por Temer.

CORREIO BRAZILIENSE | 09/08/17 | **POLÍTICA**

REPÚBLICA EM TRANSE »

Teto de gastos segue sem freio

Levantamento aponta que maioria dos órgãos do Legislativo e do Judiciário supera o limite constitucional de despesa que passou a valer este ano

» ROSANA HESSEL

Enquanto o Executivo faz contingenciamento de R$ 44,9 bilhões no Orçamento deste ano e quebra a cabeça para arranjar receitas extraordinárias para tentar cumprir as metas fiscais — que são deficits vexaminosos tanto em 2017 quanto em 2018 —, os demais Poderes continuam gastando sem qualquer tipo de freio. As despesas de órgãos do Legislativo e do Judiciário já se aproximam do teto dos gastos, conforme levantamento feito pela Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado. A entidade mostra que, na média acumulada em 12 meses até junho, os gastos primários da maioria pesquisada já superam 90% do limite constitucional que passou a valer neste ano.

Vale lembrar que, nos primeiros três anos de aplicação dessa nova regra prevista na Constituição, o Executivo, por meio do caixa da União, precisará cobrir as despesas dos demais Poderes que excederem o teto. Portanto, não será necessário cumprir as sanções previstas na lei, como não conceder reajustes, muito menos realizar concursos. Pelos cálculos da entidade, no acumulado de janeiro a dezembro, o Judiciário vai superar o teto em R$ 117 milhões. Conforme a nota técnica da IFI, a margem de 0,25% do limite para a compensação de todos os demais Poderes não será suficiente para cobrir o aumento dos gastos desses órgãos nos próximos anos. "Os números revelam que, em 2019, essa margem será insuficiente", alertou o economista Gabriel Leal de Barros, um dos autores do levantamento. Ele destacou que, nas contas feitas para o estudo, não foram incluídos os possíveis reajustes que devem começar a pipocar a partir de 2018, a começar pelo Ministério Público, que ensaia um aumento de quase 17%.

Na avaliação do economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, é preciso ficar atento ao risco dessa brecha da lei do teto que prevê a compensação para os outros Poderes, porque, como eles são "independentes", é possível ocorrer uma enxurrada de aumentos salariais para que essa fatura seja coberta pelo Executivo. "É possível que as categorias aproveitem e efetuem o maior volume de reajustes que puderem nestes três anos antes de começarem a valer as sanções de forma mais efetiva", destacou. De acordo com dados da IFI, 84% das despesas da maioria dos órgãos dos demais Poderes são com pessoal.

Rombo

Graças aos aumentos de salários generosos concedidos no ano passado, as despesas com pessoal estão crescendo em ritmo mais acelerado do que os gastos com benefícios previdenciários. Essas duas rubricas são as que mais pesam nas contas públicas. A expectativa do mercado é de mudança e ampliação dos rombos fiscais, que são de R$ 139 bilhões neste ano e de R$ 129 bilhões no ano que vem.

"Os gastos com a folha e com a Previdência são os pesos-pesados das despesas da União e continuam crescendo acima da inflação. A queda em outros gastos, principalmente nos discricionários, deverá ser muito expressiva para poder caber no teto e compensar o aumento dessas despesas", alertou a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria. Para o economista José Matias-Pereira, professor de administração pública da Universidade de Brasília (UnB), a avalanche das contas públicas está apenas começando. "Na medida em que Temer vai enfraquecendo, poderemos caminhar para uma situação cada vez mais dramática e vamos, em breve, chegar a uma situação de que não haverá recursos para pagar funcionário público se não houver controle nos gastos obrigatórios, como com pessoal e com a Previdência", alertou.

Por 12 votos a 2, o Conselho de Ética do Senado arquivou ontem a denúncia contra seis senadoras da oposição que protestaram durante a votação da reforma trabalhista na Casa. Na ocasião, as parlamentares ocuparam a mesa diretora do plenário, interrompendo a sessão e atrasando a análise do projeto. A sessão do conselho foi marcada por confusão logo no início, quando o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), exaltado, protagonizou discussões com colegas que quase acabaram em agressão física. %u201CEssa reunião é ridícula. Vocês arquivaram o caso do Aécio, que tinha mala de dinheiro. Agora vão punir senadoras por sentar na mesa do Senado%u201D, afirmou o petista, que, com dedo em riste, acusou o presidente do conselho, senador João Alberto (PMDB-MA), de estar desmoralizado. (Alessandro Dantas/ PT no Senado)

Por 12 votos a 2, o Conselho de Ética do Senado arquivou ontem a denúncia contra seis senadoras da oposição que protestaram durante a votação da reforma trabalhista na Casa. Na ocasião, as parlamentares ocuparam a mesa diretora do plenário, interrompendo a sessão e atrasando a análise do projeto. A sessão do conselho foi marcada por confusão logo no início, quando o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), exaltado, protagonizou discussões com colegas que quase acabaram em agressão física. %u201CEssa reunião é ridícula. Vocês arquivaram o caso do Aécio, que tinha mala de dinheiro. Agora vão punir senadoras por sentar na mesa do Senado%u201D, afirmou o petista, que, com dedo em riste, acusou o presidente do conselho, senador João Alberto (PMDB-MA), de estar desmoralizado.

Conta salgada

O Poder Executivo terá que arcar com despesas acima do teto dos demais poderes até 2020 e tudo indica que isso corre o risco de ocorrer ainda neste ano graças aos reajustes generosos concedidos no ano passado. Confira o comparativo das despesas primárias e os limites estabelecidos por lei (valores em R$ milhões)

Órgão	Limite	Acumulado em 12 meses de jun/16 a jun/17	% do limite imposto pelo teto dos gastos
Legislativo			
Câmara	5.432	5.223	96,1
Senado	3.998	3.878	98,7
TCU	1.879	1.854	87,8
Judiciário			
Supremo Tribunal Federal	579	550	94,9
Superior Tribunal de Justiça	1.363	1.197	87,8
Justiça Federal	9.972	9.624	96,5
Justiça Militar	491	459	93,5
Justiça Eleitoral	6.639	6.250	94,2
Justiça do Trabalho	16.985	16.347	96,2
Justiça do DF	2.406	2.260	93,9
CNJ	177	135	76,2
DPU	493	502	101,8
Ministério Público			
MPU	5.756	5.525	96,0
CNMP	75	74	97,7

Observação: o gasto com pessoal equivale a 84% desses montantes, em média
Fonte: Instituição Fiscal Independente (IFI)/ Siga Brasil



Confusão no Senado

Por 12 votos a 2, o Conselho de Ética do Senado arquivou ontem a denúncia contra seis senadoras da oposição que protestaram durante a votação da reforma trabalhista na Casa. Na ocasião, as parlamentares ocuparam a mesa diretora do plenário, interrompendo a sessão e atrasando a análise do projeto. A sessão do conselho foi marcada por confusão logo no início, quando o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), exaltado, protagonizou discussões com colegas que quase acabaram em agressão física. "Essa reunião é ridícula. Vocês arquivaram o caso do Aécio, que tinha mala de dinheiro. Agora vão punir senadoras por sentar na mesa do Senado", afirmou o petista, que, com dedo em riste, acusou o presidente do conselho, senador João Alberto (PMDB-MA), de estar desmoralizado.

CORREIO BRAZILIENSE | 09/08/17 | POLÍTICA

Governo já gastou R$ 20,4 milhões

Apesar da crise e do discurso de austeridade, os gastos do governo federal com cartão corporativo já somam R$ 20,4 milhões neste ano. Esse número chama a atenção devido às contas que a União vem fazendo para atingir a meta fiscal — um rombo de R$ 139 bilhões. Nestes últimos três anos, a Presidência da República foi a que mais gastou por meio dos cartões. Somente em 2017, as despesas da Presidência e suas unidades gestoras atingiram R$ 5,7 milhões, isso é, 28% do total.

O segundo lugar do ranking dos órgãos que mais gastam pelo cartão é ocupado pelo Ministério da Justiça — no primeiro semestre, atingiu R$ 4,9 milhões. Vinculado ao ministério, o Departamento da Polícia Federal foi o que mais usufruiu do cartão: R$ 4,8 milhões. Já o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é o terceiro maior usuário, com R$ 2,8 milhões. Em quarto lugar está o Ministério da Educação, com gastos que chegam a R$ 2,2 milhões.

Já a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) usou R$ 3 milhões. A Secretaria de Administração da pasta utilizou outros R$ 2,1 milhões. O país está sem vice-presidente há quase um ano, mas, mesmo com o Gabinete da Vice-Presidência da República desocupado, foram gastos R$ 26,7 mil em cartões corporativos. Os registros referentes a junho ainda não foram atualizados no Portal da Transparência.

O cartão de crédito corporativo foi criado em 2001 para que gestores de órgãos do governo pudessem pagar pequenas despesas sem precisar de licitação. As faturas ficam expostas no Portal da Transparência, mas alguns recursos são desembolsados de maneira secreta.

De acordo com dados levantados pelo Contas Abertas, em 2015, os gastos com os cartões totalizaram 56,2 milhões, contra 52 milhões em 2016. Apesar da soma expressiva, os valores desembolsados no primeiro semestre de 2017, quando comparados com igual período de 2016, sofreram redução. Nos seis meses do exercício passado, R$ 22,8 milhões foram pagos por meio do "dinheiro de plástico". O montante é 11,7% maior do que o aplicado neste ano.

CORREIO BRAZILIENSE | 09/08/17 | ECONOMIA

O ESTADO DA GASTANÇA »

Aumento do IR gera reação e governo recua

Estudos da equipe econômica para criar alíquota de 35% do Imposto de Renda desagradou até a membros da base de apoio ao governo

ROSANA HESSEL
HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO
Anna russi *

O brasileiro pagou R$ 310,6 milhões por dia, no primeiro semestre deste ano, com o desconto do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) no contracheque. Mesmo com toda essa derrama, a criação de uma alíquota mais alta do tributo está em discussão no governo. Se implementada, ela incidiria sobre os trabalhadores que recebem mais de R$ 20 mil por mês. E, na prática, o brasiliense seria um dos mais impactados pela medida, já que o Distrito Federal tem um dos maiores volumes de massa salarial do país. O presidente Michel Temer admitiu que, diante do estado catastrófico das contas públicas, a medida está em estudo na equipe econômica, mas, diante da onda de protestos que a notícia provocou, divulgou nota, no início da noite, afirmando que não encaminhará proposta de elevação do imposto ao Congresso Nacional. Segundo a nota, os estudos para reduzir o desequilíbrio das contas públicas estão focados "prioritariamente" em reduzir despesas e cortar gastos.

Nos últimos 10 anos, o brasileiro gastou R$ 769,1 bilhões com o desconto do IR nos salários. Só no primeiro semestre deste ano, foram R$ 56,22 bilhões. Os moradores da capital arcaram com 26,2% desse total, cerca de R$ 14,7 bilhões. O DF só perde para São Paulo, que tem 9,56 milhões de moradores a mais. Pelos cálculos iniciais da equipe econômica, a medida afetaria 1,24 milhão de pessoas. A alíquota adicional seria de 30% ou 35%. Atualmente, o maior índice é 27,5% para quem recebe acima de R$ 4.664. (Confira o quadro). O aumento do Imposto de Renda teria o objetivo de diminuir o desequilíbrio nas contas públicas, que devem apresentar deficit até, pelo menos, 2019. Caso fosse aprovada, a alta teria impacto apenas em 2018. O deficit previsto para o próximo ano é de até R$ 129 bilhões.

Ineficiência

O possível aumento de Imposto de Renda teve repercussão negativa até entre integrantes da base política do governo e começaram logo após o presidente Michel Temer admitir a discussão do assunto dentro do governo. "Há estudos. São estudos que se fazem cotidianamente. São estudos que estão sendo feitos, mas nada está decidido", disse Temer pela manhã, em cerimônia em São Paulo. Pouco depois, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, refutou a medida e declarou que ela não passaria na Casa. "O Brasil não aguenta mais pagar impostos. O Brasil não aguenta mais a ineficiência do Estado brasileiro. O Brasil precisa de todos nós juntos termos a coragem de reconstruir todos os males feitos nos últimos anos", afirmou o parlamentar. Em entrevista ao Correio, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a mudança da meta fiscal do ano e reprovou qualquer aumento de imposto. "Eu sou contra", disse.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, também confirmou que a nova alíquota está sendo discutida. "De fato, existem, no âmbito técnico do governo, estudos diversos sobre impostos, inclusive o Imposto de Renda", afirmou. Meirelles ressaltou, porém, que o aumento ocorreria "só em último caso". A proposta de aumento da carga tributária via elevação da alíquota do Imposto de Renda é uma sugestão de técnicos dos ministérios do Planejamento e da Fazenda e não havia sido discutida ainda em nível ministerial. Especialistas lembram que a frustração da arrecadação em 2018 poderá ser maior do que a deste ano, especialmente, porque não haverá o mesmo volume de receitas extraordinárias. Pelas contas do Tesouro Nacional, a arrecadação não recorrente deste ano somará R$ 60 bilhões, valor bem acima dos R$ 47 bilhões registrados em 2016.

Ano eleitoral

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, demonstrou ceticismo com a possibilidade de aumento do IR, mesmo que seja no ano que vem. "A popularidade do presidente Michel Temer está muito baixa e acredito que seja muito difícil ele conseguir aprovar qualquer aumento de tributo que precise de autorização do Congresso Nacional, como é o caso do IR. Isso é pouco provável, ainda mais porque 2018 é um ano eleitoral e esse é um tipo de medida com a qual nenhum parlamentar vai querer se comprometer", alertou.

A especialista declarou também que a União terá problemas para acomodar os reajustes salariais já concedidos ao funcionalismo. Além disso, as despesas previdenciárias crescem 5% acima da inflação, segundo ela. "A saída será cortar mais gastos discricionários e, mesmo se eles continuarem reduzindo essa despesa no ritmo dos anos anteriores, de R$ 30 bilhões, isso não será suficiente para cumprir a meta fiscal caso a reforma da Previdência não seja aprovada", alertou.

O presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, Edson Vismona, também criticou a possibilidade de aumento de imposto. Segundo ele, apesar da situação dramática no orçamento federal, a atitude vai na contramão da simplificação tributária. "Seria uma medida completamente negativa. A solução para superar a recessão é diminuir impostos e dar um espaço para a população respirar", afirmou. "É necessário combater o deficit cortando despesas. O Estado tem de ser mais racional em seus gastos, fortalecer o que é essencial", frisou.

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Trabalhador no alvo

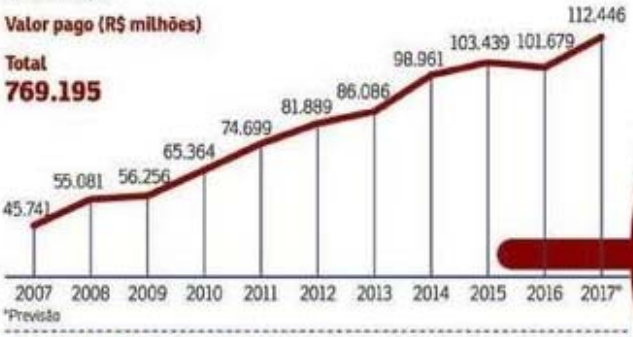
Entenda o que o governo quer fazer com o Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF)

Mais uma alíquota

Na regra atual, quem recebe acima de R$ 4.664 paga 27,5% de alíquota do IRPF. Com a mudança, a pessoa que recebe mais de R$ 20 mil pagaria entre 30% e 35% de alíquota. O governo ainda avalia como será a organização das faixas.

Década de desembolso

Em 10 anos, os brasileiros pagaram R$ 769,2 bilhões de imposto sobre o contracheque



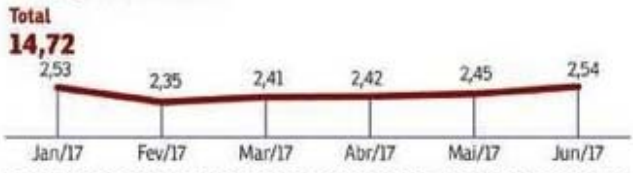
Contribuição milionária

De janeiro a junho de 2017, os trabalhadores pagaram R$ 310,6 milhões por dia em IRPF, contando sábados, domingos e feriados



Peso brasiliense

O brasiliense é o segundo grupo que mais paga IRPF sobre o contracheque, contribuindo com 26,2% do total. Na capital, são R$ 12,2 milhões por dia.



Faixas

Atualmente, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Física possui cinco faixas, sendo que a primeira é isenta. O pagamento é feito de forma proporcional.

Salário	Alíquota (em %)	Parcela a deduzir do IR (R$)
Até R$ 1.903,98	Isento	-
De R$ 1.903,99 até R$ 2.826,65	7,5	142,8
De R$ 2.826,66 até R$ 3.751,05	15	354,8
De R$ 3.751,06 até R$ 4.664,68	22,5	636,13
Acima de R$ 4.664,68	27,5%	869,36

FONTE: Receita Federal, Governo Federal



Thiago Fagundes/CB/D.A Press

Mais tributos

A equipe econômica também estuda mexer na tributação da distribuição de lucros e dividendos e acabar com a isenção de algumas aplicações do mercado financeiro, como Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), em que não incide Imposto de Renda.

Cardápio

Com esse pacote de aumento, a expectativa de arrecadação é de R$ 35,5 bilhões. O caixa do governo terá ganhos de R$ 4 bilhões com a nova faixa do IR, R$ 15 bilhões oriundos de lucros e dividendos e entre R$ 3 bilhões a R$ 4 bilhões com tributação de investimentos.

Próximo ano

As medidas precisam ser aprovadas como projeto de lei no Congresso e teriam efeito sobre as contas de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE | 09/08/17 | ECONOMIA

Pacote para arrecadar R$ 35 bi

VERA BATISTA

Outros impostos estão na mira do governo. A equipe econômica também estuda mexer na tributação da distribuição de lucros e dividendos e acabar com a isenção de algumas aplicações financeiras, como Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que não têm incidência de Imposto de renda. A intenção do Ministério da Fazenda é apresentar um "cardápio" de alíquotas para o presidente Michel Temer, a quem caberá decidir as medidas politicamente mais viáveis para encaminhar ao Congresso. Para entrar em vigor, as mudanças precisam ser aprovadas num projeto de lei ordinária.

A iniciativa de criar uma alíquota do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas não é uma discussão de hoje. O índice de 35% já foi aplicado entre 1995 e 1996. No segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, o governo tentou retomar a cobrança, mas sofreu forte oposição.

O deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), relator da Comissão Especial de Reforma Tributária na Câmara, fez duras críticas à intenção do governo de elevar o IR. "Neste momento, essa proposta é contrária a tudo o que se propõe na reforma tributária. Está fora do contexto da discussão. Primeiro, vamos simplificar o sistema, pôr base tecnológica, aparar as arestas e harmonizar o Brasil com os modelos europeu e canadense. Segundo, vamos discutir a relação entre consumo, renda e propriedade. Mas tem que ser uma discussão unificada, não unilateral", criticou Hauly.

João Eloi Olenike, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), apontou que os brasileiros não aguentam mais ter os "bolsos perfurados pelo governo" por causa de uma má administração. "A solução seria enxugar a máquina e melhorar a gestão para que o Estado se adéque ao que já tem. Nós fizemos uma projeção de que, com essa atitude, a arrecadação aumentaria apenas R$ 4,5 bilhões e, com tão pouco, não vale a pena se queimar com a população", pontuou.

O professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Everardo Maciel, afirmou que a carga tributária brasileira já é elevada e que o país deveria seguir o exemplo do resto do mundo, que reduz impostos. "A alíquota de 35% já existiu no país e não funcionou. Além de arrecadar pouco, causa constrangimento à sociedade. Seu efeito arrecadatório seria desprezível", explicou. (Colaborou Anna Russi)

Cardápio pesado

De acordo com os estudos dos economistas do governo, o caixa da União teria ganhos de R$ 4 bilhões com a nova faixa do IR, de R$ 15 bilhões com a taxação de dividendos pagos pelas empresas aos acionistas e entre R$ 3 bilhões e R$ 4 bilhões com tributação de investimentos como Letras Imobiliárias e Letras do Agronegócio, hoje isentos. Em nota, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), afirmou que a alíquota de 35% para o IR é mais uma punição ao assalariado. "Quem pode foge dessa tributação, ao tornar-se pessoa jurídica — que paga menos impostos e é isenta de taxação na distribuição de lucros a pessoas físicas".